dizer, Sr. Presidente, que me parece que tem uma aliança agora no Brasil bolsonarista pela Covid-19.

Acho que deveria ser esse o nome: "Aliança Bolsonarista pela Covid-19", onde até alguns setores que se mostravam um pouco mais civilizados, defensores em tese da Ciência, defensores do processo civilizatório brasileiro, que se opunham inclusive à barbárie bolsonarista em várias áreas, agora me parece que eles se uniram todos em torno dessa aliança, defendendo a volta às aulas e distorcendo, utilizando, sobretudo, um documento da Organização Mundial da Saúde que fala em volta às aulas, mas há uma distorção terrível.

Eu vi agora. Eu estou aqui inclusive com a revista "Veja", que faz parte agora, me parece, dessa aliança. Então, é a capa agora desse final de semana da revista "Veja", repercutindo, me parece, essa aliança que eu estou citando aqui. Então: "A vez das escolas.

Até a cautelosa Organização Mundial da Saúde é a favor da volta às aulas presenciais, recomendação seguida em diversos países. No Brasil, a maioria ainda permanece fechada".

Obviamente que as escolas permanecem fechadas no Brasil. Agora, há uma omissão aqui na matéria da revista "Veja" e pelas pessoas que estão utilizando indevidamente as orientações da Organização Mundial da Saúde.

A Organização Mundial da Saúde diz o seguinte: que antes da reabertura, antes de você reabrir as escolas, você tem que reduzir e conter a transmissão. O Brasil não reduziu e nem conteve a transmissão do coronavírus até agora. Aliás, o Brasil tem 135 mil pessoas mortas.

Está em segundo lugar, só perde para os Estados Unidos. O Brasil está na frente da Índia em termos de pessoas mortas e a Índia tem um bilhão e 300 milhões de pessoas, de habitantes.

O Brasil tem 210, 220 milhões de pessoas; é bem diferente. Mesmo assim a Índia está atrás do Brasil. Lá tem acho que 85 mil pessoas mortas; o Brasil tem 135 mil pessoas mortas e no estado de São Paulo a situação é muito pior.

Só o estado de São Paulo, que tem aproximadamente 45 milhões de habitantes, já tem 35 mil pessoas mortas, que é uma quantidade superior à da Espanha, que tem quase que a mesma quantidade de pessoas.

Ou seja, o estado de São Paulo tem mais pessoas mortas e contaminadas pelo coronavírus do que um país inteiro europeu, que é a Espanha. Então, é um absurdo. O Brasil não tem condições de voltar, porque nós não reduzimos e nem houve a contenção aqui da transmissão.

Ao contrário, a situação é grave no Brasil. Nós não temos políticas de combate ao coronavírus; essa é a grande verdade. O governo federal lavou as mãos desde o início. O Bolsonaro falou que era uma gripezinha. "E que só 800 pessoas morreriam"?. Daí ele continua tripudiando ainda, participou de manifestações sem máscara. Tripudiou e continua tripudiando o tempo todo como se não existisse a pandemia no Brasil.

Então, agora eu fico chocado porque outras associações empresariais que se colocam como defensoras da Educação como, por exemplo, Todos Pela Educação, Instituto Ayrton Senna, Fundação Lemann, a "Folha de S. Paulo", o "Estadão", a "Veja", que eu mostrei agora, estão todos irmanados para defender os interesses empresariais, os interesses econômicos em detrimento da vida e da saúde pública.

Então, por isso que eles estão agora fazendo todo um movimento para que haja a volta às aulas. É um absurdo total. Essa é uma decisão contra a vida, contra a saúde pública e é por isso que nós, professores, educadores e educadoras do Brasil, não voltaremos nem com resolução, nem com decreto, nem com lei.

Não haverá volta às aulas no dia sete de outubro, como a resolução do Doria determina, como já vem apontando o governo estadual, tanto é que muitos municípios já estão se rebelando contra essa decisão, dizendo que não haverá volta às aulas em 2020.

Nós só voltaremos com vacinação, com testagem em massa, com controle, com segurança sanitária. É o que diz a Organização Mundial da Saúde - tem que ter segurança sanitária. O Brasil não tem, o Brasil vive o platô das mortes. Teve uma leve queda, mas nós estamos com mais de 800 pessoas morrendo por dia no Brasil. Então, não é possível a volta às aulas.

Os professores do Brasil, os profissionais da Educação não voltarão. Haverá greve geral, haverá desobediência civil. Nós vamos às cortes internacionais. Mas nós vamos defender a vida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, Sr. Deputado. Próximo deputado, deputado Gil Diniz.

O SR. GIL DINIZ - PSL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, presidente, boa tarde a toda a Mesa, aos deputados presentes aqui no Pequeno Expediente e aos que nos acompanham pela Rede Alesp.

Presidente, gostaria de colocar a reunião que nós fizemos hoje com o secretário nacional de Segurança Pública - o senhor esteve presente -, o coronel Paim. Agradecer também ao major Veiga e ao capitão Guilherme Derrite, deputado federal pelo estado de São Paulo.

É muito boa essa aproximação do governo federal com a Assembleia Legislativa. Espero que hoje seja o início de uma grande parceria. Nos colocamos à disposição do secretário, de todos os seus auxiliares, para ajudar na questão da Segurança Pública, tanto aqui na cidade, no estado de São Paulo, quanto no Brasil.

Sei que o secretário fez uma enorme agenda, foi à Rota, falou com o comandante-geral, com o delegado-geral da Polícia Civil. Então, é excelente que o governo federal, que seu secretário venha a São Paulo, venha a esta Casa Legislativa e se coloque, também, à disposição.

No mais, Sr. Presidente, queria trazer aqui a público - também conversamos hoje sobre isso - essa questão dessa briga entre polícias. Polícia Militar, Polícia Civil. Está saindo, a meu ver, um pouco do controle. Já vimos aí aquela questão de um rapaz que se dizia policial civil, tinha uma funcional falsa e, quando foi abordado, acabou assassinando três policiais de Força Tática.

Claro que a gente não quer generalizar aqui; tenho o maior respeito à Polícia Civil. Mas eu não acho que é de bom tom continuar alimentando essa guerra entre polícias. A gente precisa, sim, fortalecer os nossos agentes de Segurança Pública.

E também tenho um amigo, o Delegado Olim, que eu respeito demais. Ouvi um áudio dele outro dia num grupo de policiais militares de que eu participo; ele falando da questão da ocorrência, que se precisasse ele iria ao local.

Mas eu me coloco também, aqui, à disposição dos nossos policiais militares que porventura se sintam desrespeitados por algum outro policial; aí, independe se é delegado, agente, oficial ou praça.

Coloco aqui o meu mandato, a minha assessoria à disposição. Também, eu digo isso porque, Coronel Telhada, dias atrás, com o presidente da República, em Congonhas, fomos inaugurar a pista de pouso.

Olha que situação, deputada Janaina Paschoal: no começo do meu mandato, eu tive uma discussão com a delegada Fernanda Herbella, ali no aeroporto de Congonhas. Ela faltou com o respeito com um policial militar, sargento Marcelo, que trabalha comigo, porque ele teve a ousadia de parar a viatura oficial desta Casa na vaga da delegada.

E ela o ofendeu na minha frente; eu disse que ela teria que respeitar o policial, porque ele também era policial. Só que ela não sabia que eu era deputado. Mas, ainda assim, quando ela soube que eu era deputado, ela continuou desrespeitando o policial e desrespeitando a mim. Isso há cerca de um ano. Deixei para lá.

Agora, olhem vocês: há 15 dias, estou lá com a minha esposa, estou lá com o presidente da República, e um rapaz, que não sabia dessa nossa discussão ali há um ano, foi tentar me apresentar para ela, de bom coração. "Olha, delegada, aqui está o deputado estadual Gil Diniz."

Olha a resposta dela: "Com ele, eu não falo. Já tive uma discussão. Com ele, eu não falo." Na frente da minha esposa. Uma falta de educação, uma falta de ética, uma falta de postura. Delegada, aprendi com os meus pais a respeitar qualquer pessoa, independente se eu concorde com ela ou não.

Ali estava um representante do Poder Legislativo do Estado de São Paulo e uma representante da polícia judiciária do nosso estado de São Paulo. Um bom dia, e eu respondi a ela: "Bom dia, Sra. Delegada." Ela não me respondeu. Falei três vezes e ela não me respondeu. Na quarta, com o nariz torcido, ela respondeu.

Se uma delegada, com a comitiva presidencial, na frente da minha família, trata um deputado estadual dessa maneira, como que ela não trata um soldado de Polícia Militar, um sargento de Polícia Militar, um cabo, um oficial de Polícia Militar, quando ele vai apresentar uma ocorrência em sua delegacia? Então eu deixo registrado. Peço que envie as minhas palavras para o secretário de Segurança Pública, para o Delegado Geral de Polícia Civil.

Porque, se não forem tomadas medidas enérgicas, medidas que resolvam esse conflito entre polícias, vai ficar mais difícil ainda trabalhar aqui no Estado de São Paulo. E se não for uma delegada como ela, que parece que tem alguns parentes que são juízes, desembargadores, pouco me importa. Pouco me importa.

Ela tem que respeitar qualquer cidadão paulista. Qualquer um. Com mandato, sem mandato, policial militar, policial civil. Então eu peço mais energia da parte do Sr. Secretário porque não vou permitir que os nossos policiais, militares ou civis, sejam desrespeitados por pessoas com atitudes como dessa delegada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, Sr. Deputado.

Solicito à nossa assessoria que envie as cópias taquigráficas da reclamação do deputado Gil Diniz ao Sr. Secretário de Segurança Pública e ao Sr. Delegado Geral da Polícia Civil de São Paulo.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - Sr. Presidente, V. Exa. me permite uma comunicação?

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - É regimental, Sra. Deputada.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - PARA COMUNICAÇÃO - Eu queria fazer um registro. Peço para o deputado Gil que compreenda que não tem nada a ver com a pessoa dele. Eu realmente não sei das particularidades do conflito. Lembro até quando ocorreu, V. Exa. dividiu comigo a situação. Só que somente hoje V. Exa. falou o nome da delegada.

Eu queria, só por uma questão de justiça, fazer um registro. Não com relação à situação concreta, mas quando do processo de impeachment, tentaram me bater no aeroporto.

Eu não era deputada e nem pensava em ser deputada. Não foi daquela vez que passou na televisão e nas redes sociais. Foi uma outra vez. Justamente esta delegada me socorreu. Vamos dizer assim, me protegeu na situação.

Tanto é que é uma imagem e um nome que não esqueço, porque, quando você está literalmente apanhando, a pessoa que te estende a mão, é uma imagem... Ela me protegeu e eu só queria fazer esse relato, vamos dizer assim, não para tirar a razão de Vossa Excelência, mas talvez para mostrar que, numa outra situação, onde uma pessoa que naquele momento não tinha nenhum cargo, nenhuma autoridade, ela atuou como uma policial dedicada.

Então eu queria fazer esse registro e um agradecimento por essa dedicação e por esse cuidado com uma cidadã que estava sofrendo uma violência. Então é só por uma questão de justiça, deputado Gil Diniz.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. GIL DINIZ - PSL - Sr. Presidente, para uma breve comunicação?

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Por gentileza.

O SR. GIL DINIZ - PSL - PARA COMUNICAÇÃO - Isso, para mim, teria que ser a regra. Que bom que tem esse relato aqui. Mas isso só me mostra que é um peso e duas medidas na decisão dessa delegada. Porque Gil Diniz não era uma figura pública.

O sargento Marcelo, da Polícia Militar, também não era uma figura pública. A Janaina Paschoal era uma figura pública, nacionalmente conhecida, até pela questão do impeachment da presidente Dilma Rousseff. A senhora era uma figura nacional.

Então, eu espero que o meu caso seja uma exceção e essa conduta com a senhora seja a regra. Só que, nesse caso, a senhora é conhecida nacionalmente. Já era conhecida nacionalmente e a delegada tomou essa providência.

Comigo foi diferente. Eu era um recém deputado eleito, ex-assessor do deputado federal Eduardo Bolsonaro. Estava ali com o meu sargento de Polícia Militar e ela não me identificou. Ela veio me identificar depois, e continua com essa postura.

Eu estava ali em Congonhas, nessa última ocasião, tranquilo, com a minha família, com a minha esposa. Não tinha por que ela ter essa reação, mas eu espero realmente que no meu caso seja uma exceção. Eu só venho a público aqui e coloco da tribuna, por quê? Porque foi a segunda vez, e dessa vez em frente à comitiva presidencial e a minha família.

Totalmente antiética, mas eu espero, sim, que seja um caso isolado, que seja uma questão pessoal da delegada comigo, que a regra dessa delegada em sua delegacia, ali no Aeroporto de Congonhas, seja atuar dessa maneira como ela atuou com Vossa Excelência.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, Sr. Deputado. Deputado Giannazi, prossiga.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Para fazer uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - É regimental.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, eu quero fazer um apelo e, ao mesmo tempo, uma exigência ao governo estadual, para que regulamente, em caráter de extrema urgência, a Lei Federal nº 14.017, de 2020, que trata da renda básica emergencial para os trabalhadores da Cultura, a Lei Aldir Blanc.

Aldir Blanc, um grande compositor da música popular brasileira. Foi em homenagem a ele que essa lei foi aprovada. Uma lei, que o Congresso aprovou, que teve a iniciativa do Congresso Nacional, da oposição, repito aqui, da Câmara dos Deputados. Então, essa é uma lei do povo brasileiro, dos artistas, e sobretudo dos trabalhadores da Cultura.

A lei foi aprovada, Sr. Presidente, e até agora o estado de São Paulo não regulamentou a lei. Os nossos trabalhadores da Cultura, não só os artistas, mas também quem está por trás do palco, da cena, os iluminadores, os técnicos, as pessoas que trabalham atrás da cena artística. São milhares de pessoas, e estão passando fome, passando necessidades, porque elas não têm acesso, Sr. Presidente, a nenhum tipo de renda emergencial.

Nós aprovamos, com muita luta, com muito sacrifício, essa lei no Congresso Nacional, agora os estados e municípios devem regulamentar, mas o estado de São Paulo está fazendo corpo mole para fazer o pagamento, e as pessoas estão passando necessidade, tendo sua sobrevivência afetada por essa burocracia, Sr. Presidente.

Então, nós exigimos que o governo estadual, através da Secretaria da Cultura, regulamente imediatamente a Lei nº 14.017, a Lei de Cultura Aldir Blanc, para socorrer, para dar amparo aos nossos trabalhadores da Cultura. A mesma exigência vai para os prefeitos do estado de São Paulo, sobretudo para o prefeito Bruno Covas.

Os nossos trabalhadores da Cultura não podem ser abandonados dessa forma. Repito, foi uma lei que nós aprovamos com muita luta, mesmo com o governo Bolsonaro sendo contra. Como nós aprovamos o Fundeb, o governo Bolsonaro sabotando o Fundeb. A renda básica emergencial, também proposta da oposição.

Agora, o governo Doria tem que pagar, porque alguns estados já estão pagando. O Maranhão já regulamentou. Os trabalhadores da Cultura do estado do Maranhão já estão recebendo, e São Paulo, que é o estado mais rico da Federação, que não aprovou nenhum projeto que nós apresentamos aqui de renda básica emergencial, em nenhuma área.

Eu apresentei aqui o projeto para socorrer os 35 mil professores temporários, os eventuais, que estão sem receber até agora, Sr. Presidente. Seis meses passando fome e necessidade. Os transportadores escolares, que foram totalmente abandonados também pelo governo, e vários outros segmentos.

O fato é que o governo Doria não apresentou nenhuma proposta para socorrer os vários setores que ficaram abandonados e estão abandonados ainda durante a pandemia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, Sr. Deputado. Alguém tem mais alguma coisa? Bom, esgotado o assunto da nossa sessão.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Presidente, havendo acordo entre as lideranças, e não havendo mais nenhum orador inscrito, eu solicito o levantamento desta sessão.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Obrigado, deputado. Então, havendo acordo de lideranças, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de segunda-feira, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Muito obrigado a todos. Um bom final de semana.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 19 minutos.

* * *

21 DE SETEMBRO DE 2020
61ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CORONEL TELHADA e RICARDO MELLÃO

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - JANAINA PASCHOAL

Discorre sobre o PL 529/20. Registra que o relator do projeto é o líder do Governo. Considera questionável a escolha deste relator. Menciona ter recebido, na última sexta-feira à noite, uma convocação para uma reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, amanhã, às 12 horas. Ressalta que o relatório do relator será recebido no momento da reunião. Destaca que o secretário Mauro Ricardo, autor intelectual do projeto, prestará esclarecimentos também amanhã, às 15 horas, na Comissão de Finanças. Critica a convocação da reunião da CCJ antes dos esclarecimentos do secretário. Afirma que a imprensa considera o PL 529/20 como um projeto de enxugamento, apesar do mesmo tratar-se de destruição de serviços. Considera um desrespeito com todos os parlamentares desta Casa.

3 - RODRIGO GAMBALE

Discorre sobre problemas enfrentados pelo Hospital Regional de Ferraz de Vasconcelos. Lamenta a falta de ortopedista no hospital para operar criança de seis anos que se machucou em parquinho da cidade. Afirma que, apesar da estrutura para realização de cirurgias, faltam médicos no hospital, principalmente das áreas de Ginecologia e Obstetrícia e Ortopedia. Menciona um tomógrafo queimado no hospital e a defasagem de funcionários na área de imagens. Lembra que o hospital atende cerca de três milhões de habitantes da região. Pede atenção do Governo do Estado para este problema.

4 - RICARDO MELLÃO

Assume a Presidência.

5 - CORONEL TELHADA

Critica a publicação de matéria, pelo jornal "Folha de S. Paulo", sobre a redução da letalidade policial nos últimos três meses e a necessidade de diminuição das armas letais para a polícia. Ressalta o uso de fuzis pelos criminosos. Destaca que o grande objetivo da polícia é trazer segurança para a população e a proteção de sua tropa. Considera a matéria tendenciosa. Lamenta que o jornal tenha entrevistado o ex-ouvidor da polícia, Benedito Mariano, um crítico da Polícia Militar. Saúda os municípios aniversariantes do final de semana. Informa serem comemorados hoje o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, o Dia do Fazendeiro e o Dia do Despachante de Trânsito. Lamenta a morte de pessoas em acidentes de trânsito nos últimos dias.

6 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência.

7 - RICARDO MELLÃO

Critica o atraso na entrega de obras públicas para a população. Informa que está fazendo um trabalho de fiscalização das obras paradas do Estado e municípios de São Paulo. Afirma que estão atrasadas ou paralisadas hoje 1.248 obras, já tendo sido gastos mais de 15 bilhões de reais. Lista as dez principais obras paradas no estado de São Paulo. Disse ser a culpa do Poder Público. Ressalta que precisam ser encontrados e punidos os verdadeiros responsáveis por esses atrasos. Lembra que os contribuintes não podem se atrasar nem um dia no pagamento de seus boletos.

8 - MAJOR MECCA

Critica a paralisação da Furp em Guarulhos. Informa que a empresa produz pelo menos 19 remédios de alto custo. Cita alguns desses remédios. Afirma ter entrado em 16/09 com representação no Ministério Público de prática de crime pelo Governo do Estado de São Paulo. Lembra que mais de um milhão de comprimidos de anti-inflamatórios estão vencidos e serão incinerados. Ressalta que aguarda medidas severas das autoridades do Estado na apuração e responsabilização dos autores. Esclarece que não vê a responsabilização do Governo do Estado.

9 - MAJOR MECCA

Lamenta a publicação de matéria sobre os policiais militares no jornal "Folha de S. Paulo". Ressalta que o governador João Doria não trata os policiais militares e civis do Estado como seres humanos e com dignidade. Destaca os baixos salários e a necessidade de fazer bicos para a sobrevivência de suas famílias. Critica o programa "Favela Fest", em Paraisópolis, lançado pelo governador João Doria. Esclarece que as viaturas policiais devem estacionar ao redor da favela, e não podem entrar na mesma. Cita as dificuldades enfrentadas pela categoria. Lembra as promessas de campanha, não cumpridas pelo governador João Doria.

10 - RICARDO MELLÃO

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

11 - PRESIDENTE CORONEL TELHADA

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 22/09, à hora regimental, com Ordem do Dia. Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Telhada.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Conforme eu falei, Caio, na sessão de hoje, dia 21 de setembro de 2020, vou fazer questão de todos os dias, ao abrir a sessão, dizer a data para que não fique nenhuma dúvida quanto à data da sessão.

Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Eu queria, antes de abrir a sessão, pedir à nossa assessoria que coloque na Ata de abertura, no padrão de abertura das sessões, as datas, para que nós ou quem estiver presidindo fale a data da sessão. Muito obrigado.

Nós temos 13 oradores inscritos, sendo a primeira oradora a Dra. Janaina Paschoal. Vossa Excelência tem o tempo regimental.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - SEM REVISÃO ORADOR - Obrigada, Sr. Presidente. Cumprimento V. Exa., o colega Mellão aqui presente, os funcionários da Casa, as pessoas que nos acompanham.

A minha manifestação nesta data, Excelência, abrindo a semana, é uma manifestação de protesto. Sexta-feira passada eu dediquei o dia buscando o relatório referente ao PL 529, que é um projeto gigantesco do Poder Executivo que extingue - não é uma série de empresas - uma série de serviços, sem maiores satisfações, que eleva significativamente a carga tributária do povo paulista, que prevê concessões não detalhadas de uma série de parques, dentre outras medidas pouco claras no projeto.

Eu busquei esse relatório. Recebi essa informação de que o relatório não estava pronto, muito embora constasse no sistema que já havia a entrega desse relatório por parte do relator designado.

Faço aqui o registro de que o relator é o líder do Governo. Muito embora seja um deputado que mereça todo o nosso respeito, me parece muito questionável que um projeto polêmico do governo seja relatado pelo líder do Governo, que, por óbvio, fará o que o governo entende que tem que ser feito.

Nesse processo todo, muitos foram os pedidos de esclarecimento técnico que fizemos. Não recebemos nenhum tipo de retorno. Para a minha surpresa, na sexta-feira à noite, o que não é comum, chegou uma convocação para reunião extraordinária da CCJ amanhã, ao meio-dia.

Ainda para a minha surpresa, hoje pela manhã, em contato com o gabinete do líder do Governo, recebi a informação de que somente amanhã, no momento da reunião da CCJ, receberemos o relatório.

Ora, é um projeto complexo e polêmico, muito provavelmente o relatório também será um relatório extenso. Como, sem ter tido nenhum tipo de esclarecimento anterior, receber o relatório no momento da CCJ, que é o momento mais valioso de análise de um determinado projeto? É inadmissível.

Para piorar, o secretário Mauro Ricardo, que, todos sabem, foi quem redigiu o projeto, foi quem determinou o projeto, é o autor intelectual, moral desse projeto, virá à Casa para prestar esclarecimentos sobre o mesmo projeto amanhã, às três da tarde, na Comissão de Finanças.

Ou seja, o governo quer aprovar o projeto na CCJ ao meio-dia, para somente às três da tarde o secretário responsável pelo projeto prestar esclarecimentos mínimos sobre a proposta.

Eu entendo que é um desrespeito com esta Casa, com todos os deputados e eu fico triste, porque vejo que nessas horas, eu nunca falei isso, mas nessas horas é que a Presidência tem que resgatar a importância da Casa. Não vejo sentido em convocar uma reunião da CCJ antes de o secretário prestar esclarecimentos mínimos.

Aqueles colegas que tomaram o cuidado de telefonar às secretarias envolvidas, de visitar os órgãos que serão extintos sabem que sequer os secretários das pastas afetadas foram consultados antes de esse projeto ser apresentado. Alguns secretários souberam pela imprensa, como, aliás, os deputados também souberam pela imprensa.

Eu queria aqui fazer uma crítica a essa mesma imprensa. Todos sabem que eu tenho várias divergências com relação ao governo federal, mas acontece uma vírgula no governo federal e todos os jornais caem matando.

Aqui em São Paulo, faça chuva ou faça sol, aconteça o que acontecer, a imprensa faz propaganda do PSDB. O prefeito Bruno Covas é capa do Estadão praticamente todo dia, o governador João Doria tem todas as suas narrativas abraçadas pela imprensa de maneira automática.

É "a ciência no enfrentamento da pandemia", é "a importância da vacina" e agora esse projeto que a imprensa vem alardeando como sendo um projeto de enxugamento, de regaste da máquina, quando todos sabem que este é um projeto de destruição de serviços e agentes privados serão contratados sem maiores explicações.

Eu teria aqui uma lista de críticas a fazer, uma grande lista de críticas a fazer, mas eu quero fechar com a observação feita por uma pessoa que me mandou um e-mail na sexta-feira, um senhor cujo nome eu não lembro agora.

Ele me fez a seguinte pergunta: "Doutora, qual é a lógica do governador extinguir a Furp, que é um laboratório pronto, completo e perfeito, e ao mesmo tempo gastar milhões para construir um outro laboratório para fazer essa vacina chinesa? Se ele quer tanto fazer essa vacina, por que não economiza esses milhões e utiliza a Furp, que já está pronta?"

Não adianta dizer que o dinheiro é privado, porque, se o dinheiro foi doado para fins públicos, ele passa a ser público e ninguém doa nada nos montantes que doam para o governo de João Doria sem algum interesse.

Então, esse argumento de que o dinheiro é privado não afasta o dever de nos dar satisfações. Acho que é muito importante cada colega, na sua bancada, entender que o que está acontecendo aqui é um grande desrespeito.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, Sra. Deputada. Próximo deputado, Major Mecca. (Pausa.) Deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Deputado Maurici. (Pausa.) Deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Coronel Telhada falará posteriormente. Deputado Gil Diniz. (Pausa.) Deputado Ricardo Mellão. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi. (Pausa.) Deputada Marta Costa. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputado Adalberto Freitas. (Pausa.)

Pela lista suplementar, deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputado Rodrigo Gambale, V. Exa. tem o tempo regimental de cinco minutos.

O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Presidente, boa tarde. Boa tarde a todos os colegas que nos acompanham pela TV Alesp, a todos que nos acompanham e seguem o nosso mandato, o nosso trabalho.

Hoje eu venho aqui a esta tribuna, como das diversas vezes em que eu já fiz uso dela, para falar sobre o nosso Hospital Regional de Ferraz de Vasconcelos e falar também sobre algumas pontualidades que a gente vem enfrentando e sofrendo no hospital; não conseguimos ter entendimento de por que esses problemas crônicos não conseguem ser resolvidos.

Estou apurando uma situação no final de semana, do jovem Mateus, de seis anos de idade, que teve um problema em um brinquedo em uma praça da cidade de Ferraz de Vasconcelos. Nessa brincadeira, em que ele estava utilizando o brinquedo na praça, ele acabou tendo os dedos da mão todos amassados e chegou a amputar a ponta de um dos dedos.

Pelo que temos visto, parece que não tinha médico ortopedista para fazer a cirurgia no hospital regional, mas estou apurando ainda os fatos; ele acabou sendo transferido para a cidade vizinha para ter atendimento.

Enfim, a gente lutou dez anos para conseguir a pediatria naquele hospital e agora, desde o início do nosso mandato, em